

---

O SR. PRESIDENTE - Convido o prof. Daniel Herz, Chefe da Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura de Porto Alegre, que veio trazer a sua colaboração a nossa Comissão.

O SR. DANIEL HERZ - É uma honra participar dos trabalhos, dessa Comissão neste momento em que trabalhos tão intensos são encerrados. Esclareço que farei minha exposição como jornalista e como professor que acumulou alguma experiência no que se refere ao debate política-comunicação, destacando a participação como

---



SESSÃO DO DIA

(dia, mês e ano)

(caráter)

DIÁRIO DA  
ASSEMBLÉIA  
Fl. nº

Turno 04 Fl. 06 Taquígrafo Maria Lucia

Taq. Revisor Red. de Debates

representante da Federação Nacional dos Jornalistas nas negociações que envolveram o tema comunicação na Assembléia Nacional Constituinte. O tema Comunicação, envolvendo principalmente os veículos de comunicação de massa, rádio, jornal, televisão, tende a ser tido como de pouca importância na Constituinte Estadual, por ser uma matéria sujeita, em seus aspectos essenciais, à Legislação Federal. Gostaria de destacar alguns aspectos que mostram que existe um aspecto extremamente importante na Constituinte Estadual para que se contemple o tema comunicação. Acredito que as possibilidades e as necessidades que os setores populares apresentam para a área da comunicação na discussão de uma Nova Constituição Estadual, podem ser melhores dimensionadas com a avaliação do quadro institucional aberto pela nova Constituição. Apresentaremos um painel sobre o processo de debates da comunicação na Assembléia nacional Constituinte, uma avaliação sobre os resultados consolidados no novo texto constitucional e as perspectivas políticas institucionais que por eles foram abertas. Finalmente, ressaltando alguns aspectos e propostas que têm relevância para o debate da nossa Constituição Estadual. Nessa exposição, vou registrar uma contradição entre dois pólos principais que me parecem ser elucidativos no entendimento do debate das questões sobre comunicação no plano nacional. Um que denominarei progressista e que questiona aspectos essenciais dos atuais sistemas dominantes e outra que denominarei como conservadora e que postula a manutenção dos aspectos essenciais dominantes. Parece que essas duas vertentes se referem de forma ainda que muito grosseira nos embates que se der na Constituinte e na disputa da comunicação da sociedade brasileira contemporânea. Poucos perceberam que um dos temas mais polêmicos



SESSÃO DO DIA

(dia, mês e ano)

(ordem)

Turno 04 Fl. 07 Taquígrafo Maria Lucia

Taq. Revisor Red. de Debates

DIÁRIO DA  
ASSEMBLÉIA  
Fl. nº

da Constituinte Nacional foi Comunicação, alimentando uma luta - surda que sacudiu os bastidores da Constituinte, o tema comunicação não explodiu no debate público que, aliás, não interessava às grandes empresas do setor. Mas em todas as instâncias da Constituinte foi o tema que envolveu os trabalhos mais tumultuados. O resultado foi uma verdadeira bomba de efeito retardado contra a democracia, montada pela Constituinte e constituída por milhares de emissoras de rádio e televisão que foram distribuídas aos setores conservadores, comprometidos com os regimes militar e, posteriormente, com o Governo Sarney. A nova Constituição impede expressamente qualquer possibilidade de reversão desse quadro. Os trabalhos da subcomissão da Ciência e Tecnologia da Comunicação, por exemplo, foram concluídos com plenário integrado com apenas treze dos vinte e um Constituintes que a compunham. As manobras e o desrespeito ao regimento patrocinado por um bloco conservador fizeram com que oito parlamentares se afastassem em protesto, inclusive a Relatora, Deputada Cristina Tavares e o texto final da subcomissão foi aprovado por apenas 13 Constituintes, entre os quais se encontravam donos de veículos de emissoras de rádio e televisão, seis constituintes, três constituintes e pelos corrompidos pela última hora. Na instância seguinte da Constituinte a situação não foi diferente. Esta foi a única comissão, das oito existentes, que não conseguiu concluir seus trabalhos. Um acirrado bloco conservador de 36 Parlamentares refeitou o moderado relatório do Dep. Artur da Távola, do PMDB do Rio de Janeiro, que incorpora tênues avanços e era apoiado por vinte e sete Constituintes. Esse bloco não permitiu que fosse apresentado outro relatório e trabalhou pelo



SESSÃO DO DIA

(dia, mês e ano)

(caráter)

DIÁRIO DA  
ASSEMBLÉIA  
Fl nº

Turno 04 Fl. 08 Taquígrafo Maria Lucia

Ta. Revisor Red. de Debates

impasse, fazendo com que, esgotado o prazo, a matéria sequer fosse submetida a votação e a comissão seguinte foi enviado integralmente o texto aprovado nos tumultuados trabalhos da subcomissão. Mais tarde esse texto foi sujeito pelo relator Bernardo Cabral à alguns reparos em aspectos não essenciais e quando se esgotou o prazo do anteprojeto do relator a parte referente à comunicação foi aprovada em bloco, sem discussão. A Emenda popular apresentada pelos setores progressistas, entre os quais a Federação nacional dos Jornalistas, foi olímpicamente desconsiderada e sem qualquer eração imponente dos setores democráticos o bloco conservador pode assim impor o seu projeto a pontapés. Os trabalhos da Comissão de Sistematização foram encerrados a 11 de novembro de 1987, O descontentamento da Direita com certas disposições tidas como progressistas já havia provocado a articulação do ~~Contra~~,



Centrão, que começou a jogar pesado. Com o Centrão golpeando por dentro, e Sarney e as Forças Armadas atacando por fora, a Constituinte foi literalmente sitiada pelas forças conservadoras. Um dos instrumentos mais utilizados para negociar votos dos Constituintes, corrompendo os indecisos e fechando contrato com os tradicionais oportunistas, foi o das outorgas de concessões e permissões de emissoras de rádio e televisão. Em 1988, até setembro, a média mensal de outorgas das principais modalidades de serviços - FM, Onda Média e TV - foi de 17,3 concessões e permissões. Coincidindo com a ofensiva do Centrão, as outorgas chegaram a 26 em novembro e a 46 em dezembro. Foi o início de uma corrida desenfreada. De janeiro de 1985 a outubro de 1987, em 34 meses, foram efetuadas 417 outorgas; no período seguinte, de novembro de 1987 até setembro de 1988, em apenas 11 meses, o Governo Sarney despachou outras 586 concessões e permissões, mais do que duplicando as outorgas efetuadas ao longo de todo o seu governo.

Documentou-se que o General Figueiredo, em cinco dos seus seis anos de mandato, outorgou 634 concessões e permissões durante esse período de seu governo. Ao todo, no seu mandato de seis anos, esse número alcançou a casa das 700 outorgas, que foi considerado muito elevado. Pois o Presidente Sarney mostrou uma inusitada voracidade e ultrapassou esse número em pouco mais de três anos e meio de mandato. Enquanto permaneceu com o Presidente o poder de outorga, que foi retirado pela Constituição, de janeiro de 1985 a 5 de outubro de 1988, foram outorgadas 1.028 concessões e permissões de emissoras. Hoje, restam disponíveis menos de 17% da totalidade das frequências de canais tecnicamente viáveis no Brasil, que, obviamente, não se situam nos principais centros urbanos econômicos.

A média mensal foi aumentando ano a ano. A máquina de negociar concessões e permissões instalada no Ministério das Comunicações, dirigida pelo Secretário-Geral, Rômulo Vilar Furtado, que está há quinze anos ininterruptos no mesmo cargo, teve suas atividades aceleradas pelo Ministro Antônio Carlos Magalhães e adquiriu plena desenvoltura quando Sarney resolveu utilizar explicitamente as outorgas para compra de votos na Constituinte.

Enfim, como um elemento estratégico para a sua sustentação política, a média mensal de outorgas de 10,6 em 1985 para



SESSÃO DO DIA

(dia, mês e ano)

(ordem)

Turno 5 Fl. 2 Taquígrafo Maria José

Tag. Revisor Red. de Debates

DIÁRIO DA  
ASSEMBLÉIA  
Fl. nº

53,2 em 1988.

Mas o avanço conservador sobre a comunicação de massa não ficou só nisso. Aquilo que em muitos países derrubaria ministros e talvez o próprio presidente da república aqui foi saudado como um lance de genialidade política por certos setores da imprensa, o que não é de se estranhar. Além das centenas de outorgas leiloadas, outra monstruosidade política foi praticada pelos habitantes dos gabinetes do Ministério das Comunicações: sem nenhum debate público, na "surdina", desde outubro passado, foram regulamentadas praticamente todas as novas tecnologias de comunicação, destacando-se a Portaria nº 245, de 24.10.87, que normatiza os serviços de videotexto; Portaria nº 291, de 26.11.87, que normatiza o serviço de teletexto via TV; Portaria nº 298, de 01.12.87, que normatiza o serviço de teletexto via FM; Decreto nº 95.744, de 23.02.88, que regulamenta o serviço de televisão por assinatura, tendo como primeiros beneficiados a Editora Abril, a Rede Globo e uma empresa que tem como sócio o empresário Mathias Machline, dono da Sharp e amigo do Presidente Sarney; Portaria nº 194, de 05.08.88, que institui o plano de distribuição de canais em UHF, incluindo desde já 156 emissoras em 32 cidades, tendo como primeiros beneficiados a Editora Abril, a Rádio Jovem Pan e a Rede Globo. Às vésperas da promulgação da nova Constituição, portanto, uma Constituição que impulsiona uma revisão de toda a legislação ordinária da área de comunicação, não havia nenhuma argumentação aceitável para justificar o aceleramento de implantação das novas tecnologias, só uma explicação política: a necessidade de criar constrangimentos para uma futura regulamentação, com a entrega do controle dessas tecnologias a grandes empresas privadas e a barganha desse favorecimento em troca de base de sustentação política do Governo Sarney.

Foi nesse clima que se encaminhou a votação, em primeiro turno, da Constituinte. Nos corredores do Congresso, três poderosos lobbies empresariais despontavam na disputa do sistema de comunicação: Associação Nacional dos Editores de Revistas, ANER, controlada pela Editora Abril; Associação Nacional dos Jornais, ANJ, e a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, ABERT, controlada pela Rede Globo. Esses três lobbies jogaram "pesado" e abordaram quase todos os Constituintes, praticamente eliminando as



SESSÃO DO DIA

(dia, mês e ano)

(ordem)

Turno 5 Pl. 3 Taquígrafo Maria José

Taq. Revisor Red. de Debates

DIÁRIO DA  
ASSEMBLÉIA  
Fl. nº

possibilidades de negociação. Nos momentos finais, a Federação Nacional dos Jornalistas e o Sindicato de Artistas e de Cineastas conseguiram romper o circuito do lobby empresarial e provocar alguma negociação; conseguiram amenizar certos absurdos e delinear algumas medidas democratizantes, mas no essencial o texto aprovado no primeiro turno favoreceu amplamente os interesses minoritários. A estratégia empresarial era muito clara: aceitava a democratização em certos limites e só daqui para frente, desde que não se mexesse nos interesses consolidados durante o regime militar e o Governo Sarney.

E é esse o balanço final: os avanços registrados são pequenos e ainda dependem da legislação complementar e ordinária; em contrapartida, os interesses consolidados, especialmente na área de rádio e televisão, não só permanecem intocados como foram fortalecidos, o que ocorreu com o aval até mesmo de setores progressistas, que, para não assumirem o confronto, acabaram assinando o acordo. Isso explica por que a palavra de ordem dos lobbies, no segundo turno, era "deixe como está", e nisso foram atendidos.

Trago aqui uma abordagem mais detalhada, artigo por artigo da nova Constituição. Mas gostaria de sintetizar o resultado da nova Constituição, destacando cinco aspectos que marcam o texto constitucional. Em primeiro lugar, as disposições referentes à comunicação, que nesta Constituição tiveram um maior destaque do que em todas as outras Constituições já existentes no Brasil, essas disposições, atribuindo à comunicação um capítulo inteiro, elas, primeiramente, liberalizam o exercício da atividade jornalística e de rádio e televisão - elimina, formal e expressamente, a censura -, o que, em princípio, é um aspecto muito louvável e que correspondeu a muito esforço e muita luta, através da História do Brasil e através daqueles que militam no jornalismo e nas atividades culturais e de comunicação de um modo geral. Agora, não podemos deixar de considerar que, no contexto em que essa liberalização ocorre, há um fortalecimento dos interesses privados dominantes, que hegemonizam, de forma monolítica, a comunicação e o controle dos meios de comunicação no Brasil. Então, objetivamente, nesse contexto, sem que fossem estabelecidos mecanismos para contrapor o interesse público aos interesses privados, que são dominantes, o que significa essa liberalização extrema que se definiu na nova Constituição é um aumento



SESSÃO DO DIA

(dia, mês e ano)

(ordem)

Turno 5 Fl. 4 Taquígrafo Maria José

Taq. Revisor

Red. de Debates

DIÁRIO DA  
ASSEMBLÉIA  
Fl. nº

do predomínio e uma possibilidade de atuação ainda mais intensa desses interesses. Apenas para citar um exemplo, o Brasil tem ainda, hoje, a legislação referente à publicidade mais liberal do mundo e que permite a exploração da infância de uma forma considerada absurda nos Estados Unidos e na Europa. Um segundo aspecto, que foi saudado como importante e como aspecto progressista é o do estímulo previsto na nova Constituição à produção independente e à produção cultural nacional e regional. É realmente um aspecto que vem merecendo defesa há muitos anos das categorias profissionais da área da comunicação e daqueles que se preocupam com o desenvolvimento da cultura nacional traduzida nos seus aspectos nacionais e regionais. No entanto, tal como ficou consagrado na Constituição, fica totalmente dependente da legislação ordinária e pode ser virtualmente neutralizado nos seus aspectos positivos, na medida em que a legislação ordinária não responder adequadamente. Um outro aspecto é o que estabelece a vedação ao oligopólio e ao monopólio na área da comunicação. Esse também foi saudado com vivo interesse pelos setores progressistas, apesar de ser uma disposição proposta pela própria Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT. É também uma medida que por si só nada significa, visto que não tem um sentido de auto-aplicação, dependendo de legislação ordinária. Então, por exemplo, esse aspecto também não garante nada em relação à democratização da comunicação. Outro aspecto é o que restabelece a relação entre o Executivo e o Legislativo no que se refere às outorgas de concessões e permissões de emissoras de rádio e televisão. Esse conjunto de disposições atribui ao Congresso a última palavra no processo de outorga de concessões de emissoras de rádio e televisão, o que, sem dúvida nenhuma, é um aspecto democratizante, substituindo um processo de outorga que era atribuído exclusivamente e pessoalmente ao Presidente da República. No entanto, em função das medidas adotadas pelo Governo Sarney, praticamente liquidando todo o espectro eletromagnético, todas as frequências de emissoras de rádio e televisão disponíveis, isso faz com que esse aspecto da legislação praticamente seja letra morta, porque resta muito pouco, quase nada, para o Congresso outorgar. Essa relação Executivo-Legislativo estabelece que a não-renovação das outorgas de concessões e permissões pode ser definida pelo Congresso, desde que consiga reunir um quórum de 2/5.





SESSÃO DO DIA

(dia, mês e ano)

(caráter)

Turno 5 Pl. 5 Taquígrafo Maria José

Taq. Revisor Red. de Debates

DIÁRIO DA  
ASSEMBLÉIA  
Fl. nº

Evidentemente, é uma medida que restringe à possibilidade de que as concessões não sejam renovadas, evidentemente que por motivo justificado, e faz com que o quórum elevado e qualificado de forma especial tornem praticamente inviável que o Congresso rejeite, de forma justificada, quando houver justificativa, a renovação das concessões e permissões. Um terceiro aspecto que marca essa nova relação entre o Executivo e o Legislativo é o que estabelece que o cancelamento dessas outorgas deverá ser feito por via judicial, o que pode ser tido como saudável no equilíbrio dos Poderes, mas que, na verdade, na medida em que despolitiza o processo de cancelamento da concessão, deixando de definir também como ato político como é o ato de outorga, atribui ao Poder Judiciário uma função complicadora do processo de discussão política e da natureza democrática que deve-se atribuir àqueles que vão ser os permissionários e concessionários de emissoras de rádio e televisão. Então, esse envolvimento do Poder Judiciário na verdade cria um sistema que foi definido por alguns juristas como aberrante, na medida em que se trata de um processo político, o processo de outorga, e a avaliação permanente a que essa outorga deveria ser submetida é retirada do Legislativo, passando a uma simples avaliação de direitos e deveres dos concessionários e permissionários. Uma última medida é a que estabelece a criação de um Conselho de Comunicação Social. Esse conselho foi criado como um órgão auxiliar do Congresso Nacional e foi esvaziado daquelas funções que os setores que pleiteavam a democratização da comunicação lhe atribuíam, que seria um envolvimento efetivo, ainda que como órgão consultivo, no processo de outorga de concessões e permissões. Não foi definida nenhuma atribuição para esse Conselho, e ele, que chegou a ser denominado, nos próprios anteprojetos de Constituição, como Conselho Nacional de Comunicação, foi esvaziado para um simples Conselho de Comunicação Social. O esvaziamento do nome mostra o que se pretende, em termos de esvaziamento de funções.

Finalmente, para concluir, gostaria de destacar alguns aspectos e encaminhar algumas propostas. A situação que foi criada pelas últimas medidas praticadas pelo Governo Sarney e pela representativa que têm o rádio e a televisão no contexto da comunicação no Brasil - eles são, de longe, os veículos de comunicação mais importantes, são os que hegemonizam e que organizam todos os



SESSÃO DO DIA

(dia, mês e ano)

(caráter)

Turno 5 Fl. 6 Taquígrafo Maria José

Taq. Revisor Red. de Debates

DIÁRIO DA  
ASSEMBLÉIA  
Fl. nº

sistemas de comunicação existentes no País, e podemos citar como exemplo a televisão, que absorve cerca de 56% da totalidade das verbas publicitárias investidas no País, sendo que apenas um grupo empresarial controla cerca de 42% da totalidade das verbas aplicadas no rádio e na televisão; se considerarmos que, além desse controle direto sobre as verbas referentes à televisão, esse mesmo grupo empresarial absorve cerca de 50% do montante dos recursos destinados à publicidade, graças à sua participação nos segmentos de televisão e de rádio AM e FM, e que através da sua rede de emissoras controla nos Estados as emissoras também mais importantes, que normalmente, na maioria dos Estados, também controlam as emissoras AM e FM mais importantes, também os principais jornais, podemos estimar que apenas um grupo empresarial controla ~~cerca de 2/3 de todo o mercado de comunicação no Brasil~~. Evidentemente, o rádio e a televisão, a radiodifusão como um todo, que representa mais de 2/3 de todo o sistema de comunicação, tem que ser considerada como um aspecto central em qualquer medida que adotarmos para democratização da comunicação no Brasil.

Na atual conjuntura - isso que caracteriza a gravidade da situação -, nem o Governo Sarney nem os principais setores conservadores conseguiram formular um pacto convincente em torno dos novos rumos da transição conservadora. Mas a certeza que existe é de que no momento em que os interesses dos setores conservadores estiverem realmente em jogo, principalmente o sistema de radiodifusão surge com uma infra-estrutura pronta para reproduzir, em escala de milhões, uma política de defesa de interesses minoritários, indo, se preciso - e a história mostra isso claramente -, até a sedição contra a democracia, ou pelo menos contra a democracia que interessa às maiorias populares. Basta que se prenuncie algum avanço significativo na luta democrática ou alguma conquista real dos interesses populares para que esse sistema de radiodifusão, controlado predominantemente pelos setores que apoiaram o Golpe Militar de 1964, mostre todas as suas possibilidades de utilização conservadora. Qualquer questão contraditória pode, futuramente, detonar essa bomba: reforma agrária, enfrentamento do FMI, uma nova política econômica que faça concessões aos interesses populares, etc. Qualquer Presidente da República que não seja da Direita Conservadora,



SESSÃO DO DIA

(dia, mês e ano)

(número)

DIÁRIO DA  
ASSEMBLÉIA  
Fl. nº

Turno 5 Fl. 7 Taquígrafo Maria José

Taq. Revisor Red. de Debates

ou que não faça concessões essenciais à sua política, terá sérias dificuldades para se sustentar diante desse sistema dominante de comunicação.

No momento, aparentemente não há orquestração política conspiratória, como aconteceu em 1964, aliás, quando a monopolização dos meios era muito menos intensa, mas a atual potencialidade de manipulação desses sistemas é assustadora. Esses sistemas de comunicação de massa são a garantia do atraso, no sentido restritivo e objetivamente antipopular do regime que surgiu do Colégio Eleitoral e que preparou as bases da transição conservadora.

Não há governo efetivamente democrático que se sustente sem enfrentar essa estrutura de poder e promover uma reorganização democrática dos sistemas de comunicação de massa. O Governo Allende, no Chile, pagou caro por subestimar a capacidade desse tipo de articulação dos setores conservadores. O sofisticado uso ideológico da televisão, para nos fixarmos em um exemplo, através das novelas, dos programas humorísticos, da publicidade comercial e que constitui o caldo de cultura dos valores dominantes, em momentos críticos é substituído pela militância política ostensiva. Os exemplos podem ser coletados em diversos momentos, mesmo no Brasil: a legitimação da sucessão de Figueiredo através do Colégio Eleitoral, após a derrota planejada das "diretas já"; a mobilização popular durante o Plano Cruzado; a construção da imagem pública de presidente do ex-malufista Fernando Collor de Mello; a grosseira manipulação para promover a projeção eleitoral de um proprietário de rede; os editoriais da grande imprensa cobrando voto da Constituinte, em determinados temas. No Governo Sarney, o maior exemplo é, sem dúvida, a atuação cotidiana das redes de televisão, que sempre traduziram claramente os interesses imediatos do Palácio do Planalto.

Por isso tudo, pode-se afirmar que a derrota na Constituinte foi fragorosa; uma derrota que, além de ser política, foi também ideológica, porque essas questões, ao que parece, não estão sendo percebidas e muito menos enfrentadas, tanto no âmbito dos profissionais de comunicação como - e principalmente - no movimento popular e dos setores democráticos.

São limitadas as possibilidades de enfrentamento dos problemas de comunicação de massa no plano estadual. É uma matéria,



SESSÃO DO DIA

(dia, mês e ano)

(caráter)

Turno 5 Fl. 8 Taquígrafo Maria José

Taç. Revisor Red. de Debates

DIÁRIO DA  
ASSEMBLÉIA  
Fl. nº

evidentemente, regulada no fundamental por legislação federal. A análise aqui produzida, entretanto, pode balizar algumas propostas para a Constituição e a legislação estadual, apontando principalmente três tipos de medida: assegurar o desenvolvimento de meios de expressão que busquem uma efetiva pluralidade na comunicação e enfrente a atual concentração da propriedade dos meios de produção, transmissão e distribuição de informação, arte e produtos culturais; assegurar o desenvolvimento de meios que favoreçam o acesso igualitário de todas as camadas da população à produção informativa e cultural; assegurar a participação de todos os setores da sociedade na definição de políticas com incidência nas esferas estadual e municipal.

Traduzindo essa linha de preocupação, referimos aqui uma seleção das principais propostas, que têm relação com políticas estaduais e municipais e que vêm sendo defendidas desde 1984 pela Frente Nacional de Luta por Política Democrática de Comunicação, que atuou de forma pioneira na luta pela democratização da comunicação no Brasil. Como medida referente ao rádio e à televisão, a proposta é de que a direção das emissoras de radiodifusão educativas não exploradas comercialmente e pertencentes a órgãos públicos seja feita por órgão colegiado, democraticamente constituído e que inclua representantes das categorias profissionais da área de comunicação e entidades representativas dos setores populares e da sociedade civil existentes no âmbito geográfico de atuação dessas emissoras.

Como medida referente à imprensa, destacamos o estabelecimento de facilidades legais e estímulos para a constituição e o funcionamento de empresas jornalísticas e editoriais que operem sem fins lucrativos e que sejam socialmente representativas. Outra medida: as imprensas oficiais do Governo do Estado deverão ser estruturadas de modo a oferecer, praticamente a preço de custo, os meios de produção necessários a que entidades socialmente representativas e sem fins lucrativos produzam seus veículos de comunicação.

Como medidas referentes ao cinema, teatro e espetáculos artísticos, destacamos que os governos, em nível estadual e municipal, devem colocar recursos materiais e financeiros à disposição dos produtores. Esses recursos, por área de atuação, serão destinados por conselhos democraticamente constituídos e socialmente



SESSÃO DO DIA

(dia, mês e ano)

(ordem)

Turno 5 Fl. 9 Taquígrafo Maria José

Taq. Revisor Red. de Debates

DIÁRIO DA  
ASSEMBLÉIA  
Fl. nº

representativos, incluindo necessariamente representantes das entidades de profissionais da área, que definirão prioridades de atendimento. Os governos também devem criar e manter uma infra-estrutura para exibição e distribuição da produção cultural colocada disponível aos produtores a preço de custo. Outras: fomento à produção de insumos e equipamentos para a indústria cinematográfica e para as atividades de artes cênicas e criação de facilidades de importação de equipamentos e insumos cuja produção no Brasil não seja tecnológica ou economicamente viável; criação de pólos cinematográficos nos Estados onde não está desenvolvida a produção cinematográfica e fortalecimento dos já iniciados; obrigatoriedade de destinação em cada município de espaços e condições adequadas para a instalação de lonas e pavilhões para atividades circenses.

Como medida referente à publicidade, estabelecimento de critérios claros e democráticos para destinação das verbas publicitárias dos Governos Estadual e Municipal e das empresas públicas em geral.

Como medidas referentes à educação, inserir no sistema de educação básica - primeiro e segundo graus - programas visando à análise e reflexão crítica sobre a comunicação de massa, tendo como objetivo a formação de consciência crítica sobre o papel dos meios e atividades de comunicação na sociedade.

Como medidas referentes à comunicação popular, a criação, pelos Governos Estadual e Municipais, de circuitos populares de comunicação, com a abertura de espaços em salas públicas e possibilitando a integração de escolas, sindicatos, igrejas e associações de moradores para a difusão de filmes, videoteipes e espetáculos como medida de apoio à cultura regional e local.

Finalmente, uma medida que já foi proposta por um conjunto de entidades e que foi apresentada pelo Sindicato dos Jornalistas a esta Comissão, é a proposta de um dispositivo que institui um Conselho Estadual de Comunicação, que teria a finalidade de atuar na defesa do interesse público, relacionado à atuação dos veículos de comunicação de massa e à execução de política de comunicação em âmbito regional, abrangendo as áreas de imprensa, rádio, televisão e serviço de transmissão de imagem, sons e dados por qualquer meio.



SESSÃO DO DIA

(dia, mês e ano)

(ordem)

DIÁRIO DA  
ASSEMBLÉIA  
Fl. nº

Turno 5 Fl. 10 Taquígrafo Maria José

Taq. Revisor Red. de Debates

Destacamos, finalmente, que a consciência da problemática da comunicação não pode ser algo acessório no debate da nossa Constituição Estadual. Certamente os Srs. Deputados são extremamente sensíveis à importância da comunicação e ao significado político que tem a atual organização da comunicação que vivemos no Brasil, e particularmente no plano regional. A importância política da comunicação de massa como decisivo elemento organizador da sociedade contemporânea não pode ser subestimada. A democratização da comunicação, portanto, e a perspectiva do interesse público têm que figurar na pauta de todos os que lutam pela democracia no Brasil. E temos certeza de que esta Comissão está empenhada nisso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Vamos tirar cópia do documento do depoente e fornecer-lá a todos os Deputados.

Ao agradecer a presença do nosso Companheiro Daniel Herz e a sua contribuição na gestação dessa nova Carta, através de um longo trabalho teórico, prático, crítico, estamos encerrando a ouvida das pessoas, das entidades representadas, através da ouvida de 70 pessoas.